

Política

Manobra para encerrar CPI

**ENVIADO ESPECIAL
E AGÊNCIA ESTADO**

O vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) convocada para apurar as denúncias de O Estado de S. Paulo sobre a conspiração do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) contra o Brasil na questão dos índios, deputado Ricardo Flúza (PFL-PE), denunciou ontem uma manobra do grupo xilita na comissão, para encerrar seus trabalhos imediatamente, sem ouvir mais depoimentos. A tentativa se concretizou na reunião de ontem da CPI, na qual o relator Ronan Tito (PMDB-MG) se propôs a apresentar imediatamente um relatório final, considerando "falsos" os documentos apresentados à comissão pelo jornal. O presidente, deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), admitiu a apresentação de um relatório "parcial", o que acontecerá quarta-feira, dia 6 de outubro, mesma data da votação do capítulo sobre o índio na Comissão de Sistematização da Constituinte.

A denúncia de Flúza baseia-se na manipulação da informação equivocada, segundo a qual o perito Carlos Villanova, que depôs ontem de manhã, teria considerado "falsos" os documentos apresentados pelo jornal aos 18 membros da CPI. Ao responder a uma pergunta feita pelo próprio Flúza, o perito esclareceu: "Não considerei os documentos falsos. Disse apenas que não examinei o documento 'Diretriz Brasil n.º 4-Ano 8'. A 'indução' de 'falsidade' dos documentos, feita pelo grupo xilita da comissão, é considerada por Flúza 'um golpe baixo, que nunca foi utilizado no Congresso. Como pode o relator traduzir o pensamento da comissão a respeito do assunto para o qual ela foi constituída, se a comissão não tem ainda pensamento próprio firmado, uma vez que só ouviu um dos muitos depoimentos que precisa ouvir para ter uma idéia profunda a respeito do tema? O perito não disse que os documentos apresentados pelo Estado são falsos e, mesmo que tivesse dito, isso não poderia servir de motivo para interromper definitivamente os trabalhos da comissão,

pois é preciso investigar os fatos e ouvir os depoimentos de quem possa testemunhar a respeito. Afinal, ela foi constituída para isso", afirmou Flúza.

O deputado pernambucano insistiu em que pelo menos três pontos não podem deixar de ser analisados: os interesses econômicos estrangeiros na Amazônia e suas repercussões restritivas à soberania nacional; análise da relação entre os interesses estrangeiros e a atitude política e a atuação de órgãos brasileiros, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi); possível vinculação de órgãos brasileiros a entidade estrangeira que tem interesse na Amazônia. Sem prejuízo desses pontos, que classifica de "fundamentais", Flúza sugeriu que também estes outros fossem apreciados pela CPI: a "legalidade" da denúncia movida pelo Estado com relação ao Cimi, discussão sobre as salvaguardas e garantias da soberania nacional, e, ainda, a necessidade de se aprofundar o conceito de que as responsabilidades das salvaguardas da soberania não são privativas dos órgãos de defesa do Estado — Forças Armadas, SNI, CSN, entre outros — mas também de toda pessoa brasileira, natural ou jurídica, nos termos do artigo 86 da Constituição.

CRÍTICAS À MANOBRAS

A reunião da CPI, ontem de manhã, na sala da Comissão de Finanças do Senado, girou em torno da proposta apresentada pelo relator Ronan Tito, que queria marcar nova reunião em uma semana, por se considerar apto a apresentar um relatório final, considerando "falsos" os documentos apresentados pelo jornal.

Vários oradores, contudo, manifestaram-se contra a manobra. O senador Alexandre Costa (PFL-MA) lembrou que a comissão tem 120 dias para chegar a um relatório final, além da possibilidade de prorrogar esse prazo por mais 60 dias. "Portanto, não tem sentido encerrar as atividades depois do 27.º dia de trabalho. Nunca vi tanta pressa numa comissão aqui no Congresso e não vejo nenhum motivo para isso."

O senador argumentou que se

sentiria "esbulhado" em seus direitos se não tivesse oportunidade de ouvir os depoentes, cujos nomes já foram indicados para convocação, o que levaria a comissão, como entidade, e o próprio relator a terem uma visão incompleta e por isto mesmo distorcida da realidade dos fatos.

O deputado Tito Costa (PMDB-SP), presente à reunião da CPI, embora não faça parte dela, invocou sua condição de advogado para sustentar que "uma CPI, quando se propõe a buscar a elucidação dos fatos, não pode abreviar instrução processual, considerada fundamental ao formalismo do processo". Tito advertiu que o encerramento da instrução antes da reunião de todas as provas, não necessariamente documentais, é inaceitável.

O deputado paulista lembrou que nos dois anos do governo José Sarney foram demarcados mais de 15 milhões de hectares, para uma população de cem mil índios, enquanto na Europa a mesma área, correspondente aos territórios de Albânia, Grécia, Dinamarca, Suíça e Holanda, abriga 50 milhões de pessoas.

"O que tem isso a ver com esta CPI?", indagou o próprio Tito Costa, para responder: "É simples: o exemplo está sendo dado no Litoral Norte de São Paulo, onde foi reservada área de mil hectares, na região de São Sebastião e Ubatuba, para abrigar 30 índios guaranis, sem tradição de permanência 'imemorial' na região". O parlamentar acredita que existe correlação entre estes fatos e a reforma agrária, com os índios sendo usados por pessoa que tem interesse na ocupação da área.

A "QUESTÃO INDÍGENA"

O deputado Vasco Alves (PMDB-ES) também se surpreendeu com a pressa em encerrar a CPI. Ele acha que, se o diretor-responsável do Estado, jornalista Julio Mesquita Neto, foi ouvido, seria justo tomar também o depoimento do presidente do Cimi, para ter a outra versão. Mas Otávio Elísio (PMDB-MG) pediu a votação imediata do relatório de Ronan Tito, "uma vez que o perito Carlos

Villanova considerou falsos os documentos apresentados pelo denunciante(sic)". O antropólogo e deputado José Carlos Saboya (PMDB-MA) concordou com a tese do constituinte mineiro, também esposada pelo deputado Lysâneas Maciel (PT-RJ).

Lysâneas, Severo Gomes, Otávio Elísio, Almir Gabriel, Vasco Alves, Néelson Wedekin, José Carlos Saboya, Pompeu de Souza e Eraldo Trindade declararam que as denúncias feitas pelo Estado prejudicaram os interesses indígenas na Constituinte. Pretendem que o relatório da CPI fique pronto antes de a Comissão de Sistematização votar "a questão indígena". Foi por eles rejeitada a tentativa do deputado Ricardo Flúza de tirar a paixão do debate, suspendendo os trabalhos da CPI até que a Comissão de Sistematização aprecie a matéria, o que deveria ocorrer, pelo cronograma, até 8 de outubro.

Em seu pronunciamento final, o relator Ronan Tito disse estar convencido desde já de que O Estado de S. Paulo foi iludido em sua boa-fé, ao considerar verdadeiros os documentos nos quais baseou suas reportagens-denúncia. Dessa maneira teria incorrido, inadvertidamente, em equívoco, por erro de avaliação.

Tito elogiou o jornal por sua tradição, coragem, posição afirmativa e independente, durante os regimes autoritários — e ainda, no caso específico dos fatos que levaram à CPI, por haver procurado, espontaneamente, um perito conhecido por sua idoneidade e capacidade, Antônio Carlos Villanova, para examinar a documentação.

O presidente da CPI, Roberto Cardoso Alves, marcou a próxima reunião para quarta-feira, dia 06, considerando o relatório que Ronan Tito pretende apresentar como "parcial". Depois da reunião, o representante do Centro Democrático na comissão, deputado Gidef Dantas (PMDB-CE), disse que a maioria não permitirá o golpe proposto pelo grupo xilita. "Se eles conseguirem encerrar os trabalhos da CPI, isso será um escândalo tão grande que teremos ampla oportunidade para denunciá-lo à opinião pública."

2/10/87